

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-5-2022.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 042/21 (Processo nº 1081/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/22 (Processo nº 0064/22), de autoria de Idenir Cecchim; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 620/21 e 050, 053 e 100/22 (Processos nºs 1364/21 e 0092, 0099 e 0195/22, respectivamente), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 206/22 (Processo nº 0380/22), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 212/22 (Processo nº 0399/22), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Resolução nº 024/22 (Processo nº 0386/22), de autoria de Alexandre Bobadra; e o Projeto de Resolução nº 025/22 (Processo nº 0398/22), de autoria de Comandante Nádia. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 216.00046/2022-07, de autoria de Laura Sito, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, nos dias seis e sete de maio do corrente, de reunião com o senhor Eduardo Suplicy, vereador do Município de São Paulo, e com o senhor Douglas Belchior, coordenador da UNEafro, em São Paulo – SP. Na oportunidade, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma: a Judite da Rocha Dutra e Alexandre Cardoso, por solicitação de Leonel Radde; e a Mari Jaeger, por solicitação de Cintia Rockenbach. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Laurício Clóvis Santos da Silva, presidente da Associação de Judô Esportivo, para pronunciamento acerca do aniversário da entidade. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, José Freitas, Mônica Leal e Leonel Radde manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do quinquagésimo quinto aniversário do Grupo de Operações Especiais (GOE), nos termos do Requerimento nº 004/22, de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Giovane Byl, presidindo; e Gabriel Oliveira Bicca, delegado de polícia civil, representando a entidade

homenageada. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Leonel Radde, representando a Mesa Diretora. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao senhor Gabriel Oliveira Bicca, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e um minutos às quinze horas e vinte e seis minutos. Em continuidade, foi realizado período de COMUNICAÇÕES destinado a assinalar o transcurso do trigésimo aniversário do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do Requerimento nº 077/22, de autoria de Aldacir Oliboni. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo; e Ana Paula de Lima e Waldir José Bohn Gass, respectivamente vice-coordenadora e coordenador adjunto do Conselho Municipal de Saúde. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Aldacir Oliboni, proponente. A seguir, a Presidente concedeu a palavra à senhora Ana Paula de Lima, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e oito minutos às dezesseis horas e onze minutos. Às dezesseis horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21 (Processo nº 0315/21). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 055/22 (Processo nº 0101/22), por trinta e um votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 459/21 e 151 e 203/22 e os Projetos de Resolução nºs 034/21 e 015, 016, 019 e 020/22; e, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 528, 575/21 e 038, 117, 137, 158, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 176, 194, 195 e 197/22. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Giovane Byl e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, senhoras e senhores. Registramos as presenças do Senador Lasier Martins e do ex-vereador João Derly, nesta Casa, e os convidamos a fazer parte da Mesa. Sejam bem-vindos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o processo SEI nº 216.00046/2022-07, de autoria da Ver.^a Laura Sito, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião com o senhor Eduardo Suplicy, vereador do Município de São Paulo, e com

o Sr. Douglas Belchior, coordenador da UNEafro, nos dias 06 e 07 de maio, já ocorrido.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Obrigado, Diretor Luiz Afonso.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um **minuto** de silêncio para a Sra. Judite da Rocha Dutra, que faleceu na última sexta-feira.

Queremos fazer essa homenagem, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e acredito em nome de todas as bancadas da Casa. E também em razão do falecimento do Sr. Alexandre Cardoso, conhecido como Xingu, neste final de semana, um grande artista de Porto Alegre.

VEREADORA CINTIA ROCKENBACH (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Mari Jaeger, nesta madrugada, uma protetora ativista de Porto Alegre e que deixou muitos animais sem ter um tutor neste momento.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Judô Esportivo, que tratará de assunto relativo ao aniversário da entidade. O Sr. Laurício Clóvis Santos da Silva, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. LAURÍCIO CLÓVIS SANTOS DA SILVA: Boa tarde a todos os presentes, quero agradecer aos nossos amigos, pais, alunos da Associação de Judô Esportivo, quero fazer essa singela homenagem ao aniversário da Associação de Judô – a AJE, e ao nosso presidente e fundador, Prof. Luciano Oscar Martins. Estou muito feliz de estar aqui na Casa, quero agradecer também ao gabinete do nosso querido Ver. José Freitas, do Republicanos, por estarmos aqui. Estamos aqui para desenvolver um pouco, falar um pouco sobre o nosso trabalho na AJE. É um trabalho com crianças, adolescentes e adultos, estamos aí na batalha. Com esse tempo de pandemia, demos uma parada, mas queremos continuar o nosso projeto, que é um pouco difícil, mas estamos aí na batalha de sempre. Queremos trazer as crianças, os jovens também para o nosso convívio esportivo, o judô é o esporte da disciplina, que tira a criança da rua, que tira o jovem da rua, já que, hoje em dia, está muito difícil, e vamos ver, vamos continuar o nosso trabalho. Quero agradecer de novo a todos os presentes aqui, pais, alunos, ex-

alunos da associação, e vamos para cima, vamos trabalhar para voltarmos de novo. Foi essa uma singela homenagem ao nosso professor, ao fundador, Luciano Oscar Martins. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Convido o Sr. Laurício a tomar assento à Mesa junto com a gente, por favor; e também o presidente-fundador, Sr. Luciano Oscar.

O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É um prazer recebê-los aqui, Laurício; Luciano, que foi o fundador da AJE – Associação de Judô Esportivo, que hoje está com sede no CETE, atendendo dezenas de crianças. Importante ressaltar aqui o trabalho da AJE, assim como a AJE, tem outros clubes e associações que também resgataram e resgatam muitas crianças que estavam nos vícios, ou poderiam estar nos vícios e hoje são cidadãos formados. O exemplo está aqui, o nosso ex-judoca João Derly, que também, junto com a Mayara, representaram e representam o nosso estado do Rio Grande do Sul através do esporte, através do judô. Então, desejamos aqui vida longa para a AJE, que muito mais crianças, jovens e adultos também vocês possam resgatar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu anotei algumas coisas para falar e quero dizer que os valores do judô, a disciplina, o respeito, a hierarquia são valores passados aos judocas que eles carregam para toda vida, valores que eu acredito e que também trago para minha vida pessoal e política. Sei que todo o judoca, no treino, não treina somente para aperfeiçoar a sua técnica, mas para que esses ensinamentos sejam levados para fora dos tatames, assim é a longa caminhada do *sensei*, aquele que possui a responsabilidade de ensinar. Parabéns, presidente Laurício Clóvis, por trazer, na vida desses judocas, desses jovens, esta bela caminhada conhecida como Caminho Suave.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, presidente Laurício Clóvis Santos da Silva, é muito importante esta homenagem ao trabalho que AJE – Associação de Judô Esportivo realiza. Nós temos um projeto indicativo, inclusive foi aprovado aqui na Câmara, para a Prefeitura, para que tenha artes marciais nas escolas, Deputado João Derly. Eu sou praticante de Aikido, já pratiquei um tempo o judô e nós sabemos que o caminho filosófico que as artes marciais trazem – por isso o dô, do judô, que significa que ele tem um conteúdo filosófico – é muito importante na nossa sociedade, forma cidadãos, modifica comportamentos, traz melhorias e tem muita vinculação com a educação. Quantos exemplos de jovens que estavam perdidos e que, através do judô ou de outras artes marciais e de esporte, conseguiram se salvar e hoje se tornaram grandes atletas e exemplos nas suas comunidades. Parabéns pela iniciativa, saúdo a Associação e vida longa. Parabéns, arigatou.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Gostaríamos de agradecer a presença da AJE – da Associação de Judô Esportivo, na Câmara Municipal de Porto Alegre, nesta Tribuna Popular, na pessoa do Laurício Clóvis Santos da Silva; do Luciano Oscar, fundador. Foi muito gratificante ter a presença de vocês aqui nesta tarde. Gostaria também de agradecer a presença do ex-vereador desta Casa, João Derly, que compôs a Mesa conosco e do Senador Lasier Martins.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para um registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 14h46min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 55 anos do Grupo de Operações Especiais – GOE, nos termos do Requerimento n° 004/22, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Gabriel de Oliveira Bicca, Delegado de Polícia. Prestigiam este evento servidores do GOE e demais servidores da Secretaria Estadual da Segurança Pública.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, eu gostaria de fazer um pedido, uma quebra de protocolo: eu gostaria de pedir para um comissário compor a Mesa; e Sra. Ana Toppor também, que é a mais antiga. Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, público que nos assiste pela TV Câmara; hoje nós homenageamos o GOE – Grupamento de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, que completa 55 anos. Depois de algumas alterações, hoje nós temos a CORE, e o GOE hoje vira uma divisão. Muito provavelmente nosso diretor Bicca fará uma explanação rápida sobre a história do GOE. Agradeço demais à Ver.^a Mônica Leal, que traz consigo o legado do seu pai, Pedro Américo Leal, que foi o fundador do GOE, que muitos consideram como o primeiro grupamento de operações especiais do Brasil. Muito me honra estar aqui fazendo esta homenagem no dia de hoje, vim à caráter em respeito aos colegas, em respeito à instituição, em respeito ao GOE, em respeito à CORE e muito me honra fazer parte dos escorpiões, desses colegas que são homens e mulheres de fibra e que, nas piores situações, são chamados para servir à sociedade. Não por acaso o lema da Polícia Civil é para servir e proteger; e o lema dos escorpiões é fidelidade e honra sempre. Muito importante nesse momento do nosso País, nesse momento do nosso Estado, que nós tenhamos a percepção da importância da polícia, da importância da segurança pública e da importância da valorização de todos os trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública. Por isso trouxe aqui à Mesa, delegado, comissário, a nossa veterana, porque é muito importante que nós tenhamos a compreensão de que essa instituição é formada por homens e mulheres que dedicam a sua vida – e isso não é no sentido figurado, é no sentido literal. Nós que trabalhamos nas operações táticas, nós que trabalhamos no sistema operacional da nossa instituição, sabemos que não existe horário, não existe local, não existe clima, não existe intempérie que nos impeça de cumprir a nossa missão. Via de regra, o GOE, a CORE e o GRI trabalham sempre em situações extremas, acordam de madrugada, se deslocam pelo Estado inteiro para prestar o melhor serviço. Também padecem com questões de falta de material, de falta de efetivo, de falta inclusive de valorização nas promoções, de valorização profissional, mas isso, de forma alguma, tira o ímpeto, tira o desejo de melhor servir a população do nosso Estado. Eu não tenho dúvidas de que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul é uma das melhores polícias do nosso País, se não a melhor. Falo isso sem sombra de dúvidas, sem medo de errar e eu sinto muita falta, realmente, de vestir esse uniforme, que eu vestia vários dias por semana, quando fazíamos operações. Formei-me, claro, pelo GOE, que depois a CORE encampou, de forma mais ampla, mas me formei escorpião pelo GOE, honra-me muito ser o escorpião 25, honra-me muito estar com os colegas escorpiões, mais uma vez, referendando aqui, no dia de hoje, e me honra muito ter sido membro operacional da nossa instituição. Sigo sendo, me perguntaram: "Ah, agora tu voltaste a ser?" Não. Nunca deixei de ser; estou só licenciado, sigo sendo policial e sigo tendo muito carinho, respeito, admiração e me faz muita falta estar nas linhas de frente. Então, muito obrigado, colegas. Obrigado pela presença de todos e todas, obrigado por tudo o que vocês têm feito pela população do Estado do Rio Grande do Sul. E vou, aqui, pedir aos escorpiões que se levantem, vamos dizer a nossa palavra de ordem, o nosso grito de guerra, que é "Fidelidade e honra.

Escorpião!” Quero pedir para ficarem de pé, para a gente fazer aqui, todo mundo: Fidelidade e honra. Escorpião! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Sr. Gabriel Bicca, delegado de Polícia, está com a palavra.

SR. GABRIEL OLIVEIRA BICCA: Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa os demais parlamentares municipais aqui presentes. Uma pena o nosso Exmo. Senador Lasier Martins ter deixado o ambiente, mas também vou saudá-lo, ainda que não presente. Na pessoa do delegado Carlos Iglesias, eu saúdo as autoridades policiais eventualmente presentes, e na pessoa do comissário Maciel e da nossa colega Ana, saúdo também os nossos demais agentes, inspetores e investigadores, escrivães, comissários aqui presentes e também o público em geral. Eu ia iniciar lendo a história do Grupamento de Operações Especiais, mas eu achei interessante, em razão da intervenção da Ver.^a Mônica Leal, fazer uma introdução, uma revelação e uma referência: antes de ser delegado de polícia, profissão em que atuo há cerca de 12 anos, eu iniciei a minha vida no serviço público, por assim dizer, como estagiário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e eu trabalhava num setor especial, num recurso especial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que era a Sessão de Taquigrafia, eu era estagiário da Sessão de Taquigrafia da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e ficava encantado com aquela capacidade que essas servidoras tinham de traduzir aqueles símbolos que não me diziam nada em palavras, juntar aqueles símbolos e transformá-los em discursos, discursos que eram proferidos pelos parlamentares municipais aqui no púlpito, aí nas mesas. Então eu presenciei grandes debates aqui nesta Casa por cerca de dois anos. Recordo, e agora, até com uma certa emoção, digamos assim, pois todos vereadores sempre tinham algo importante dizer porque eles representavam uma parcela da população, mas havia alguns vereadores que, na minha percepção, destoavam, porque eram aguerridos na defesa de suas ideias, eram coerentes na defesa de suas ideias, eram combativos aqui em cima, mas combativos no sentido do debate, da construção, e não da destruição. Era um tempo diferente quando eu fui estagiário aqui, havia um diálogo, ainda que não houvesse unanimidade, as pessoas sempre buscavam ouvir o outro e tentar obter uma construção de algo melhor, com as melhores opiniões. Um desses vereadores, que a gente sempre anotava, imprimia e guardava o discurso, era o Ver. Pedro Américo Leal, que quando subia aqui em cima se transformava num leão na defesa das suas causas, e era bastante combativo. A gente guardava, lia, não entendia muito, eu era muito novo, não tinha essa capacidade de alcançar o que eles estavam dizendo, isso é a experiência de vida que vai nos trazendo e que vai nos tornando cidadãos mais conscientes do nosso papel. Acho que se a gente construísse isso, a participação popular, se as pessoas viessem aqui e entendessem os debates, talvez a gente tivesse uma cidade muito melhor, porque a população participaria da construção da sua cidade, e parte dela é feita aqui neste plenário por

vocês, vereadores, que representam as diversas parcelas da sociedade que compõem a nossa capital.

Então eu deixo esse registro, várias noites eu ficava concatenando – essa era a palavra –, porque as taquígrafas tinham um tempo e cada uma pegava uma parcela de um discurso, e aí tinha que montar, para montar tinha que ler, quando eu lia, eu aprendia. Eu aprendi um pouco do anseio da sociedade, eu aprendi um pouco da forma como as ideias eram defendidas e aprendi um pouco de como essa cidade foi sendo construída ao longo do tempo. Embora eu tenha cinco minutos, eu precisei fazer essa revelação e essa referência. Por quê? Por que eu falo do Ver. Pedro Américo Leal? Porque no histórico do Grupamento de Operações Especiais ele é uma das figuras, se não a mais importante, uma das mais importantes, porque em 1967, quando então superintendente dos serviços policiais, acredito que com autorização do governador do Estado, governador Peracchi, ele concebeu a ideia de criar uma tropa de elite, uma tropa preparada, uma tropa que enfrentaria as missões mais arriscadas e as missões mais complexas. Então ele plantou o embrião do que hoje é um departamento da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, com o nome de Coordenadoria dos Recursos Especiais. Está lá nosso regimento interno que, quando a coisa fica feia – vamos traduzir assim, não é, Leonel? –, quando o perigo é maior, quando é muito mais arriscado ou quando a complexidade da investigação exige, quem é que eles chamam? O Grupamento de Operações Especiais, por meio da Coordenadoria de Recursos Especiais. Então, aquela semente que o teu pai plantou lá em 1967, e ao longo dos anos ela foi sendo nutrida, cuidada, ela está se transformando num departamento de excelência dentro da Instituição. Para vocês terem uma ideia, esse ano foi inaugurada, formalmente, a Delegacia de Investigações de Crimes Carcerários, que tem como atribuição investigar lideranças de organizações criminosas recolhidas no sistema prisional. O debate que havia dentro da Instituição da Polícia Civil era onde colocar essa delegacia, dada a complexidade da matéria e dada a problemática que era a atividade que seria exercida, e olhando o Regimento, a Chefia de Polícia enxergou na Coordenadoria de Recursos Especiais, especificamente no Grupamento de Operações Especiais, o local adequado para essa missão difícil, que é enfrentar a macrocriminalidade organizada no Estado do Rio Grande do Sul. Então eu poderia aqui ler a história, mas eu já falei da história, ela começou lá com teu pai, em 1967, e contei um pouco da minha história, porque aquele senhor que subia aqui para defender suas ideias de forma combativa, coerente, com bons argumentos, quando eu entrei na Instituição em 2010 ou 2011 e ia lá nos eventos do Sete de Setembro e do 20 de Setembro, fazer aqueles desfiles, eu via que aquele senhor que vinha aqui nesse palco, ele era venerado pela minha Instituição, especificamente pelo Grupamento de Operações Especiais, porque ele era o idealizador daquele setor – eu não trabalhava no Grupamento de Operações Especiais, mas eu enxergava aquela devoção que havia com o Grupamento de Operações Especiais e aquela afeição que havia dos policiais do Grupamento de Operações Especiais com o Coronel Pedro Américo Leal. Agradeço, Ver. Leonel Radde, pela lembrança, nesses 55 anos do Grupamento de Operações Especiais, eu tenho a procuração do delegado Bolívar aqui para agradecer a ti, à Mônica

e aos demais vereadores, por essa lembrança, e tenho a procuração do Chefe de Polícia, nosso chefe, o delegado Fábio Motta Lopes, para também estender o agradecimento a vocês por essa recordação. Contem com o Grupamento de Operações Especiais, a tendência é que a gente dure muito tempo e a tendência é que a gente enfrente as mais difíceis missões. Leonel, eu vou deixar aqui uma portaria de louvor extemporânea, quantas situações complicadas nós enfrentamos no tempo de DHPP, e a gente olhava para o lado e sabia que o GOE estava com a gente ali naquelas situações de conflito entre facções que eram enfrentadas também pelo Ver. Cezar Schirmer, então secretário de Segurança. Tempos difíceis, mas, como eu disse uma vez, mares calmos não formam bons marinheiros. Enfrentamos tempos tempestuosos e nos forjamos como policiais melhores, como cidadãos melhores e como pessoas melhores. Agradeço essa lembrança da Câmara de Vereadores, contem com o Agrupamento de Operações Especiais, fomos agraciados este ano com uma sede nova, um prédio estruturalmente adequado, na Cidade da Polícia Civil, na Av. Bento Gonçalves, nº 8.855. Todos os vereadores estão convidados para conhecer a nossa sede nova, é um lugar muito aprazível, lugar muito bonito e serão recebidos com muito acolhimento. Muito obrigado e bom trabalho a todos aí. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente em exercício, Giovane Byl; Ver. Leonel Radde, proponente desta homenagem, que eu tive a honra de conduzir na Mesa Diretora; delegado Gabriel Bicca; comissário Luiz Fernando Maciel Luz; investigadora Ana; eu até me emociono, quando ouvi as palavras do delegado Bicca e também do Ver. Leonel ao falarem do meu pai, porque ele tinha um orgulho tão grande de ser o criador do GOE que ele dizia sempre que o GOE tinha chegado antes mesmo da SWAT, americana. Então, o nosso GOE tem minha permanente admiração e agradecimento. Mais uma vez, parabéns ao colega Ver. Radde, essa é uma causa que sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas; é a nossa polícia, a Polícia Civil, a melhor do Brasil, eu não tenho dúvida. Sinto-me igualmente homenageando esse bravo grupo, como já fiz em outros anos neste plenário, como também meu pai já fez. Simbolizamos assim o nosso reconhecimento aos 55 anos de existência do Grupamento de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, transcorrido no dia de 22 de maio. Vocês, delegado Bicca, todos da coordenadoria especial, integrantes do GOE, todos os policiais envolvidos com o GOE têm sempre a minha atenção e a minha disponibilidade para as suas demandas e ações, que merecem ser sempre valorizadas pelo governo do Estado, pela Secretaria da Segurança Pública e pela Chefia de Polícia. E foi como chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul que meu pai, coronel Pedro Américo Leal, idealizou e fundou o GOE, lá em 1967. Ali, o pioneirismo do Rio Grande do Sul desencadeou a implantação de grupos de operações especiais nos demais estados do Brasil, e assim precedeu inclusive a criação da famosa SWAT, nos Estados Unidos, criada três anos depois. Ele também foi posteriormente escolhido o patrono do GOE, algo que o orgulhou a vida inteira e que me orgulha imensamente também, por

isso é tão bom vê-los aqui. Parabéns, GOE, a sociedade gaúcha agradece. Fidelidade e honra sempre! Obrigada.

Vereador Cassiá Carpes (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Estão prestigiando o evento também os servidores da Secretaria, são muito bem recebidos aqui nesse transcurso dos 55 anos do Grupo de Operações Especiais – GOE. O GOE é tão importante, a segurança é tão importante para todos nós; o cidadão que luta contra esses órgãos da segurança são os cidadãos que não querem a legalidade, não quer a justiça, o reconhecimento da sociedade. Quero parabenizar o nosso Ver. Radde por essa autoria junto à Mesa e tenho certeza, como líder do partido – a Ver.^a Mônica Leal já falou aqui também pelo nosso partido –, quero dizer que estamos juntos, o nosso reconhecimento por vocês é grandioso no sentido da honradez da posição que vocês sustentam e da responsabilidade com que vocês correspondem a expectativa da sociedade. Parabéns Radde; parabéns a todos vocês! Obrigado, Presidente.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que a Câmara hoje presta uma justíssima homenagem aos 55 anos do nosso GOE – Grupamento de Operações Especiais. Eu sou servidor público também da Fazenda do Estado, e o povo gaúcho conhece e reconhece as atribuições de você em prol, como aqui já foi dito, da segurança do nosso cidadão e cidadã gaúcha. São 55 anos de história. Uma história de inteligência, muito treinamento, bastantes operações e também muitas ações pela segurança do nosso Estado. Portanto, estar aqui, saudando vocês pelos 55 anos, é saudar extensivamente os colegas do GOE que estão conosco nesta tarde, bastante servidores e a nossa sociedade gaúcha, por que não? A nossa sociedade gaúcha respeita profundamente o trabalho de vocês, porque sabe da importância da prestação do serviço de segurança que vocês fazem aqui na nossa Porto Alegre e em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Um abraço. Vida longa. Parabéns. Eu não podia deixar de reconhecer e registrar aqui, fazer uma menção toda especial também ao querido e sempre vereador Pedro Américo Leal, que foi um dos idealizadores e fundadores do GOE, e eu tive a honra e o prazer de ter sido vereador com ele aqui na Câmara. Um abraço. Obrigado.

Vereador Leonel Radde (PT): Só para constar que é importante também homenagearmos o delegado Elói e o comissário Valdevino também que estavam na fundação; é importante a memória de ambos. Muito obrigado.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Sr. Presidente, primeiro que esse microfone está menor que o meu tamanho, eu estou sofrendo *bullying* aqui por ser alto. Delegado Gabriel e demais colegas da Polícia Civil, é sempre difícil ser o pioneiro, e, há 55 anos, a Polícia Civil fez história. Hoje em dia nós temos, por exemplo, o GATE, da Brigada Militar, nós temos o GAES da Susepe. Então, as entidades coirmãs, a Brigada Militar, a Polícia Penal, sempre se basearam, sempre procuraram glosar a nossa gloriosa Polícia Civil. Eu mesmo fui diretor da nossa escola penitenciária lá na

Academia Integrada de Segurança Pública, a Susepe, a Polícia Civil, o IGP, e pedi autorização para a delegada Elisângela para copiar as coisas da Polícia Civil: de Acadepol, nós copiamos e fizemos a Acadepen. Então, a Polícia Civil sempre esteve na vanguarda da segurança pública, e a Brigada Militar, a Polícia Penal, e as outras instituições sempre se basearam na nossa Polícia Civil. São homens e mulheres que, durante 24 horas, se dedicam para a segurança pública do nosso Estado, garantem o sono de 15 milhões de gaúchos. Eu tenho orgulho de ser da segurança pública, assim como o Ver. Leonel Radde e a Comandante Nádia. Eu fui Praça do Exército, Policial Militar, Policial Penal, fui aprovado na Polícia Civil, não quis assumir na época, quis continuar na minha instituição. Nós conseguimos transformar a Susepe e alcançar um sonho de buscar a Polícia Penal, mas acho que a segurança pública pode melhorar muito mais. Sou a favor, por óbvio, do concurso para Delegado de Polícia, para Oficial da Brigada Militar, carreira jurídica dos Bombeiros, mas entendo que está na hora de modernizar as carreiras da segurança. Inclusive, estamos protocolando um projeto importante, em conjunto com outras entidades, para que, para 50% dos delegados de polícia, permaneça o concurso público, assim como, para 50% dos oficiais da Brigada Militar, concurso público externo e 50% interno. Está na hora de prestigiar aquele que ingressa na Polícia Civil, como escrivão, como inspetor, bem como para aquele que ingressa na Brigada Militar como soldado, para ele poder alcançar os maiores cargos dentro da sua instituição. Porque eu acredito que o ser humano é movido à motivação. Qual é a motivação daquele que ingressou na Polícia Civil, por exemplo, há 30 anos, e chega, no final da carreira, a Comissário. Muitos jovens ingressam na Polícia Civil como delegado, já comandando os veteranos, acho que é importante para oxigenar, mas acho que com a inteligência da juventude, com essa força de vontade, mais a experiência dos veteranos, certamente a nossa segurança pública do Rio Grande do Sul poderia prosperar ainda mais. É uma ideia, é um projeto, acho que nós temos que aprofundar isso, modernizar as carreiras da segurança, da Polícia Penal, da Polícia Civil, da Brigada Militar, do IGP, dos Bombeiros, da FASE, da nossa própria Guarda Municipal. Então, eu fico muito orgulhoso de pertencer à segurança pública e por saber que nós temos uma Polícia Civil muito forte. O nosso delegado de polícia Ranolfo é novo é o nosso vice-governador, é um prestígio para a carreira segurança. Recentemente, no Congresso Nacional, nós tivemos um projeto patife, canalha, que queria proibir os componentes da segurança pública a concorrer aos cargos eletivos. Mas será que se o Bobadra não estivesse aqui, se a Nádia não estivesse aqui, se o Leonel Radde não estivesse aqui, se o Ranolfo não fosse o vice-governador, nós teríamos essa visibilidade para os componentes da segurança pública? Vida longa aos 7 mil servidores da Polícia Civil, que fazem um excelente trabalho de polícia judiciária do Estado e garantem o sono de 15 milhões de gaúchos. Parabéns.

Vereador Cezar Augusto Schirmer: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria cumprimentar a todos que me permitem a homenagem a esta instituição, eu tive o privilégio de conviver e de ampliar a minha admiração, a minha estima e o meu reconhecimento à Polícia Civil e ao Grupamento de Operações

Especiais. Quero iniciar fazendo uma referência ao delegado Gabriel Bicca. Eu o conheci pessoalmente no tempo em que fui secretário de Segurança, e trata-se de um profissional extremamente qualificado e competente. Por onde passa, deixa um rastro de qualidade, de coragem, de determinação, de vontade. Parabéns, delegado, foi um prazer conhecê-lo, como secretário de Segurança.

Eu queria ainda dizer o seguinte: eu, pelas circunstâncias da vida, caí na Secretaria de Segurança. Provavelmente, é uma função que ninguém deseja, exceto o profissional da própria área, mas as circunstâncias da época me motivaram a atender ao apelo do governador. Eu queria dizer, lembrando uma frase do primeiro-ministro inglês, Churchill, que, na 2ª Guerra Mundial, quando a força aérea britânica enfrentava a força aérea alemã, poucos britânicos contra uma força aérea extremamente qualificada, profissionalizada e preparada, ele afirmou, na batalha da Inglaterra, que nunca tantos deveram tanto a tão poucos, se referindo à RAF. Eu diria, depois de ter sido secretário de Segurança, que nunca tantos deveram tanto a tão poucos. Em nenhum momento a história deste Estado, 11 milhões de gaúchos deveram tanto a tão poucos, que são os em torno de 25 mil integrantes da Secretaria de Segurança, da Polícia Civil, da Brigada, do Corpo de Bombeiros, da Susepe e do IGP. Eu fui testemunha da dedicação, do empenho, do espírito público, da coragem dessas pessoas que fazem da sua profissão um ato de amor ao Rio Grande, um ato de amor à segurança da população, e nem sempre são reconhecidos. Hoje, nós aqui estamos reconhecendo o trabalho do Grupamento de Operações Especiais e da Polícia Civil, mas muitas e muitas vezes, eu dou o meu testemunho como secretário, eu ouvi, perplexo, notícias da imprensa, eu não digo valorizando, mas prestigiando o mundo do crime em detrimento do mundo do enfrentamento do crime. É impressionante, Presidente, colegas vereadores, os policiais, os integrantes da Secretaria de Segurança, convivem, por óbvio, pela sua atividade – é uma convivência, que eu diria, detestável, mas ela existe –, com o pior do estrato da sociedade, que é o mundo do crime, o mundo da violência, o mundo do homicídio, do tráfico de drogas, do assalto a banco, enfim, esse é um mundo que certamente nós gostaríamos que não existisse, porque é o mundo do mal, e quem o enfrenta, muitas vezes não tem o reconhecimento da população, não da sua totalidade, mas também não tem reconhecimento de certa parcela da sociedade, que fala muito em direitos humanos do mundo do crime, mas não dos direitos humanos dos cidadãos que enfrentam o crime. Então eu queria trazer esse depoimento por ter convivido e conhecido as instituições da segurança pública, em especial a Polícia Civil, Polícia Civil que superou anos de problemas e dificuldades, que tem um corpo altamente qualificado, altamente profissional, altamente técnico e que faz da inteligência, da integração, da superação um trabalho fantástico e nos permitiu, em tão pouco, reduzir todos os indicadores de insegurança do Rio Grande do Sul. Portanto, parabéns aos integrantes da Secretaria de Segurança, parabéns à Polícia Civil do Rio Grande do Sul e parabéns em especial ao GOE pelo trabalho belíssimo que vem realizando ao longo desses 55 anos.

Por último, eu quero destacar, eu fui colega também do deputado Pedro Américo Leal, fomos deputados juntos, e veja, Mônica, que a vida pública, quando é levada com seriedade, é um conjunto de dissabores, sempre é, mas se o teu pai vivo

fosse, ele poderia testemunhar, passados tantos anos, do momento em que ele foi chefe de Polícia, ainda hoje, 55 anos depois, há um movimento aqui nesta Casa e que é também o reconhecimento do seu trabalho. Então, onde esteja Pedro Américo Leal, meu querido amigo de tantos anos, meu abraço fraterno e o reconhecimento do Povo Gaúcho, e certamente da Polícia, pelo seu ato lá atrás, inovador, pioneiro e vanguardeiro que deram resultados tão positivos para o Rio Grande do Sul para a Polícia. Parabéns e muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Neste momento, agradecemos a presença do delegado Gabriel Bicca e dos demais membros que compuseram a Mesa; agradecemos a presença de todos os servidores da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h21min.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h26min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA (Mestre De Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 30º aniversário do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do Requerimento nº 077/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. Convidamos para compor a Mesa desta solenidade: Sra. Ana Paula Lima, vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde; e o Sr. Waldir José Bohn Gass, coordenador adjunto do Conselho Municipal de Saúde e representantes dos usuários. Com a palavra a Presidente Mônica Leal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, Ver.^a Mônica, neste momento; saúdo os colegas vereadores e vereadoras, de modo especial a quem representa o Conselho Municipal Saúde na Mesa, grande Waldir José Bohn Gass, como também a Ana Paula; saúdo também todos os conselheiros que estão aqui presentes, o Dirceu, a Maria Inês, a Nídia, o Jair, a Maria Letícia, a Djanira, o Alfredo, a Sônia, a Gláucia Rodrigues, o Paulo Padilha, a Vanda Lemos, o Nelson Kalil. Além disso, quero dar a nossa saudação especial, e só não está aqui porque infelizmente

contraiu covid, a Tiana de Jesus, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde. Senhoras e senhores que estão acompanhando esta homenagem dos 30 anos do Conselho Municipal de Saúde, vou utilizar aqui, na minha fala, um pequeno texto elaborado para não esquecer da importância que tem este momento. O Sistema Único de Saúde, o SUS, é uma conquista do povo brasileiro. Foram anos de luta até colocar na Constituição de 1988 a universalização do atendimento à saúde para toda a população. Dois anos mais tarde, em 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8080 regulamentou um dos mais avançados, revolucionários e completos sistemas de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde. Hoje ele inspira diversos outros países a adotarem sistemas semelhantes. Uma das grandes novidades desse Sistema, além da sua universalização, é o controle público, através dos Conselhos que envolvem usuários, trabalhadores, o próprio governo e entidades representativas. Uma forma de estabelecer, de maneira responsável e democrática, as diretrizes das políticas e ações da saúde, bem como do próprio sistema a nível municipal, estadual e nacional. Porto Alegre foi uma das primeiras cidades a criar o Conselho Municipal de Saúde, através da Lei Complementar nº 277 de 20 de maio de 1992, sancionada pelo nosso querido então prefeito Olívio Dutra. Dez dias após a sanção, em 30 de maio, o Conselho estava instalado e funcionando. Ao longo dos seus 30 anos, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre exerceu controle social responsável, democrático, transparente e fundamental para ajudar as políticas de saúde que chegaram a todos e todas que residem em nossa querida Porto Alegre. Sempre num espírito colaborativo com as gestões municipais, mas também sempre realizando os embates necessários para defender o direito de toda a população a ter atendimento qualificado, universal e humanizado, e o próprio fortalecimento do SUS. É preciso que todas as gestões municipais entendam que não se governa mais uma cidade para todos, se a participação popular e do controle social, proporcionados pelos Conselhos Municipais, não estiverem presentes atuando, a não ser que os governos queiram abdicar de governar por toda a população. Nesse sentido, é preciso dizer que o Conselho Municipal de Saúde está muito preocupado. Primeiro, porque as suas deliberações, vem sendo, em alguns momentos ou na maioria, tanto na gestão passada como nesta, ignoradas pelas últimas gestões, num conflito claro com o que diz a Lei Federal nº 8.080 e a Lei Complementar Municipal que regulamenta suas atividades. Segundo, porque o próprio PL, encaminhado a esta Casa, tira algumas atribuições do Conselho Municipal de Saúde e diminui a participação dos usuários e trabalhadores no Conselho, além de transformá-lo de órgão deliberativo de Estado, em órgão consultivo de governo, algo impensável nos dias de hoje, que prejudicará sobretudo o atendimento à população. Lutaremos contra, principalmente nós da oposição, mas queremos que todos aqui se preocupem com esse tema, até porque já foram realizadas várias audiências públicas e não percebemos vontade do governo com uma manifestação, eu diria excepcional naquele momento, do próprio secretário de saúde dizendo que mandaria uma mensagem retificativa mudando de consultivo, como está no projeto de lei, para deliberativo como é hoje, e até então essa mensagem não chegou na Casa.

Neste dia 23 de maio, parabenizamos todos e todas, os conselheiros, os conselhos distritais de saúde, os conselhos locais de saúde pelos seus 30 anos de contribuição com a saúde pública e de lutas em defesa do fortalecimento, da qualificação, da universalização e da humanização do Sistema Único de Saúde. Todos sabemos o quanto ele é importante no dia a dia da população e o quanto ajudou a salvar vidas durante o pior momento da pandemia que ora passamos. Chegamos a quase 700 mil mortes por terem contraído a covid no nosso País. Os senhores e as senhoras conseguem imaginar quantas vidas poderiam ter sido salvas se nós tivéssemos a vacina em tempo? Ou quantas poderiam morrer, a mais, se nós não tivéssemos o Sistema Único de Saúde, um sistema universal, com acesso para todos? Dentro do SUS estão os conselhos, que devem ser sempre ouvidos, respeitados, fortalecidos enquanto órgãos de participação da sociedade na elaboração e execução de políticas públicas para a saúde, para todos os nossos queridos porto-alegrenses. Portanto, neste momento de comemoração dos 30 anos, desejo vida longa ao SUS! Vida longa ao Conselho Municipal de Saúde! Parabéns a todos e a todas e também àqueles que têm a compreensão, Ver.^a Laura, de que o Conselho possa ser deliberativo e não consultivo.

Vereadora Laura Sito (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, caro líder Ver. Oliboni, parabênzo V. Exa. pela iniciativa. Cumprimento a Ana Paula, o Waldir Bohn Gass, grandes lutadores que sustentam e defendem o controle social; saúdo também todos aqueles que estão aqui e fazem parte do Conselho Municipal de Saúde. Acho muito oportuno, não somente pela marca dos 30 anos, mas pelo momento de resistência que o controle social vive no Município de Porto Alegre: de resistência na sua manutenção, na sua capacidade deliberativa, não apenas consultivo, definido pelo PL que tramita aqui na Casa, para o qual fizemos aí nos últimos dias, inclusive, uma audiência pública para debater e conseguir manter o caráter democrático do Conselho Municipal de Saúde. Portanto, torna mais oportuna essa homenagem nesta data no sentido de nós reforçarmos a importância desse processo que é construído a tantas mãos, que é tão fundamental para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. E que, num momento como o que nós vivemos, quando nós sofremos diversos ataques e desmonte das políticas públicas no nosso Município, não só de hoje, mas um longo período, torna-se mais fundamental reforçarmos a importância do Conselho na sua perspectiva democrática. Contem comigo! Hoje inclusive, a partir das 19h, teremos a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do PACS, do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Então, é muito importante que nós possamos fortalecer o Conselho e que nós tenhamos a aprovação do projeto que visa corrigir a intenção de desmontar o caráter democrático do Conselho, e, portanto, aqui, nesta tarde, nós poderemos brindar os 30 anos do Conselho. É um brinde, mas não somente uma comemoração, mas a demonstração da resistência de uma luta, na qual nós defendemos a sua manutenção com um caráter democrático. Então, a gente poder fortalecer essa defesa nesta Casa é fundamental, e fazemos isso brilhantemente nesta tarde, com a representação da Ana Paula do Waldir. Obrigada. (Palmas.)

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Presidenta. Ver. Oliboni, receba o meu abraço pela importante homenagem ao Bohn Gass, à Ana Paula, ao Kalil, que também está aqui do Fórum dos Conselhos, a todos e todas que estão presentes e também quem acompanha *online*, nós precisamos fortalecer mesmo o controle social. Há visões equivocadas de que o controle social não ajuda, mas na verdade é ele que aponta os caminhos para as melhorias das políticas públicas. Há também uma incompreensão, muitas vezes, dos vereadores, Ver.^a Mônica, de que não ajudam os Executivos. Ajudam! A Casa Legislativa aponta as diferenças, aponta os caminhos, e aí tudo pode melhorar para a população. Então essa discussão ela é sempre muito salutar sobre como estamos e para onde queremos ir, e eu acho que a saúde de Porto Alegre, ao longo das décadas, avançou muito, ela conseguiu garantir direitos fundamentais, e em algumas coisas ela regrediu. Acho que a gente regrediu nas especialidades, hoje demora muito tempo para as pessoas consultarem. Um ex-aluno me ligou, apavorado, pois ele está já há 90 dias esperando uma cirurgia, não consegue sair de casa porque sem a cirurgia não consegue trabalhar, não consegue levar renda para dentro de casa, menos de 30 anos, tem uma criança para criar, e o SUS não consegue fazer a cirurgia nos tendões do pé dele. Então a gente entende o papel de vocês, fundamental, apontando as dificuldades nos diversos âmbitos, da atenção primária à mais complexa, e também às urgências e emergências que a gente sabe, tem várias dificuldades. Então vocês são fundamentais, conselhos distritais, conselhos locais, porque vocês entendem e dialogam com o que está acontecendo no bairro, e nós, vereadores, não temos essa condição. Muitos de nós atuam num bairro ou noutro, mas o todo dos 90 espaços da cidade que precisam ter uma atenção na saúde, eles têm, através do conselho, a representação nas suas várias instâncias, então fortalecer esses conselhos é fortalecer a secretaria de saúde e é fortalecer a política pública de saúde, que é o que interessa ao povo de Porto Alegre. Então, vida longa ao conselho, com democracia, com participação, e cada vez mais ampliando a qualidade e a condição de apontar os rumos, independente de governo, de direita ou esquerda, mas o conselho ser ouvido é fundamental. Eu acho que isso é salutar. Obrigado. (Palmas.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Minha estimada Presidente Mônica, quero trazer um abraço e cumprimentar o amigo Ver. Oliboni pela iniciativa deste nosso encontro de hoje, trazer um abraço à Ana Paula Lima, a nossa vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, ao amigo Waldir Bohn Gass, coordenador adjunto do Conselho Municipal de Saúde e representante dos usuários; e também saudar Nelson Kalil, o coordenador dos Fóruns Municipais dos Conselhos de Saúde. E, como se sabe, nós temos, aqui na Câmara, uma frente parlamentar que trabalha pela defesa dos conselhos – a Ana e o Waldir são assíduos participantes. Eu estou aqui na Câmara desde 1989, 33 anos, e o nosso Conselho Municipal de Saúde completou 30 anos. Eu sou do tempo ainda, lá atrás, em que Porto Alegre instituíam alguns fóruns participativos, dentre tantos, os conselhos de saúde, os conselhos municipais e o Orçamento Participativo, que levou Porto Alegre a um destaque internacional que ainda hoje se reverencia. Temos, sim, as

nossas dificuldades, mas eu não me canso de dizer: os conselhos, Ver. Oliboni, o Orçamento Participativo e outras instâncias da participação popular precisam estar ativas, presentes e funcionando na cidade, porque é o espaço que nos dá valorização. Quero dizer que o conselho, representa um espaço da democracia, da participação popular e da defesa do SUS – e com isso já seria o suficiente. Quero trazer o meu abraço a todos e todas que atuam no conselho, aos atuais integrantes, aos anteriores, desejar vida longa ao nosso conselho e dizer que estamos juntos nesta sua defesa. Um abraço, obrigado pela oportunidade de trazer este registro. (Palmas.)

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, Ver.^a Mônica Leal; boa tarde, Ver. Oliboni; boa tarde, meu grande amigo Waldir Bohn Gass; boa tarde, Ana Paula; é um prazer homenagear o Conselho Municipal de Saúde neste momento em que a gente vivencia uma pandemia, vem nessa retomada de um novo normal que nos exige muito cuidado, e por outro lado, uma rede de saúde, de assistência, que nos dê conta também de restabelecer a saúde primária, de recolocar os nossos postos de saúde em condições de bom atendimento, de um atendimento de qualidade. Hoje tem o lançamento da Frente Parlamentar de Acompanhamento e Defesa do PACS, o PACS que é para nós um símbolo, um símbolo de saúde, Ver.^a Mônica, mas também de resistência. Foi lá que, por muitas vezes, eu fiz parte do Conselho Distrital de Saúde, quando a Saraí ainda era viva e nos convocava a defender a saúde. Eu era mãe de uma menina que utilizava o setor de pneumologia, e ela dizia que se não estivermos no Conselho Distrital de Saúde, se não defendermos a saúde, nós teremos problemas e não adianta reclamar. Então, quero aqui desejar vida longa ao Conselho que tem quase, de luta, o que eu tenho de vida, eu tenho 34 anos e o Conselho tem 30 anos. A gente sabe que esse Conselho foi construído pela luta popular, pela unidade popular das nossas regiões, e que a gente possa ter nesse novo normal, nesse novo enfrentamento, eu que me considero filha dessa política pública, filha do SUS, filha dessa política de atendimento da Saúde, da Atenção Primária. Acho que esta Casa precisa também se voltar ao Conselho e construir em conjunto as suas necessidades de como se projeta o Conselho para a luta futura. Então, vida longa ao Conselho, sejam muito bem-vindos e contém com nosso mandato. (Palmas.)

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Boa tarde, Presidente, boa tarde, Ana Paula, grata pela disposição, e necessária homenagem ao Conselho, aos 30 anos, um Conselho faz uma defesa necessária e urgente, Ana Paula, para toda a cidade. Mas eu estava aqui, enquanto ouvia meus colegas, fiquei justamente fazendo essa linha do tempo, Ver. Oliboni, onde desses 34 anos do Sistema Único de Saúde, construído, e um dos pilares base desse Sistema Único de Saúde é a participação, é o controle social, e por isso é importante olhar para as galerias e vê-los aqui ocupando, fazendo essa defesa tão profunda e cada vez mais agudizada para um período histórico que não reconhece essa participação como fundamental. Falar do Conselho é falar da defesa da população, é

falar da defesa da saúde em suas múltiplas faces, da Atenção Básica até as outras instâncias, mas principalmente, é falar da dignidade de um povo que sem saúde não promove absolutamente nada de impacto numa cidade, num estado e no país. É olhar para essa construção a partir daquilo que é mais caro para todos nós. Mas fazer com que se tenha o conhecimento e o reconhecimento onde a população por vezes não tem a real compreensão da importância deste espaço como espaço da atuação da fiscalização do controle social. Falar do conselho neste momento e saudar esses 30 anos é também falar de um período duro, um período mais crítico da pandemia, em que nós tivemos, na gestão do Ministério da Saúde, pessoas não tão qualificadas, e não tenho medo algum de falar isso. Porque, a partir do momento em que nós tangenciamos isso, nós também damos força a esse projeto. Falar do controle social, falar da população é fazer a defesa de uma política que vai contra esses princípios que não dialogam com a realidade da população. E aí falo desta onda totalmente negligente liberada pelo atual Presidente da República, que chancela este comportamento extremamente descabido e não tem responsabilidade com a saúde da população. Fazer a defesa do SUS, fazer a defesa dos conselhos, fazer a defesa desta que é a estrutura central do Sistema Único de Saúde, é um dos pilares que sustentam e organizam a saúde pública no Brasil - é fazer a defesa da democracia. Isso não me nego a dizer, porque eu, como sanitarista, luto por isso desde sempre, por acreditar na saúde, na equidade, na universalidade, principalmente, na consciência da população para que ela se mobilize. A gente precisa fazer essa base fundamentada nos conselhos locais, nos conselhos distritais, nos conselhos municipais - em todas as instâncias -, para que a população não seja utilizada como massa de manobra eleitoreira daqueles e daquelas que não têm responsabilidade com a saúde pública. Vida longa ao conselho, vida longa aos conselhos, e que a participação popular não seja negligenciada jamais, e utilizada somente em períodos que sejam coniventes com aquela estratégia política que hoje não fala da vida, fala do benefício próprio de um núcleo que sequer consegue conceber o que é o Sistema Único de Saúde, o que é o conselho, o que é a participação popular. Parabéns, Ver. Oliboni, parabéns a todos aqueles e aquelas que se somam nessa defesa necessária. Vida longa aos SUS, vida longa a toda população que se soma, e principalmente para que a gente não seja levado, de forma leviana, com medidas que sejam ainda mais levianas. Nós precisamos garantir o direito à saúde pública! E mais uma vez: defender a saúde pública, defender o direito ao SUS, ao acesso gratuito e de qualidade é defender a democracia! Não se esqueçam disso, meus colegas. Um enorme abraço. (Palmas.)

Vereador Leonel Radde (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, parabenizo pela iniciativa, os amigos do conselho, toda população que defende o SUS, que defende a existência do conselho como o espaço deliberativo, o espaço democrático e que nós sabemos que esse objetivo que a Prefeitura, infelizmente, tem trazido, é de esvaziar todos os conselhos. Na saúde fica ainda mais gritante, ainda mais urgente. Nós temos que ter um posicionamento duro, contundente e não aceitar que esse tipo de proposta prevaleça. É importante esse espaço que o líder da oposição – líder do meu partido Aldacir Oliboni, hoje eu sou líder do PT,

mas é uma grande liderança do Partido dos Trabalhadores – traga essa pauta. Contem com a gente nessa luta pelo fortalecimento dos conselhos, pelo fortalecimento do SUS, para que a nossa população não pene ainda mais com esse projeto de desestruturação e de privatização da saúde do nosso povo. Muito obrigado. (Palmas.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para cumprimentar, eu não peguei os nomes, sei que estão aqui o Bohn Gass – a gente luta há tanto tempo juntos – e a Ana Paula. Bohn Gass, Ana Paula, Presidente Mônica Leal, meu prezado vereador líder da oposição, Ver. Aldacir Oliboni; a luta dos conselhos é uma luta muito importante e muito séria, e nós vivemos num momento, particularmente na capital – não é apenas aqui, mas particularmente aqui –, onde o Executivo municipal quer tirar qualquer poder deliberativo dos conselhos e quer mudar a sua estrutura de forma a não ter mais maioria popular, de escolha popular. Isso em relação ao Conselho Municipal de Saúde e em relação a todos os conselhos. Por isso é tão importante essa pauta, essa homenagem e este momento que V. Exa. nos traz, Ver. Oliboni, para que possamos refletir, denunciar e agir com relação àquilo que hoje combate os conselhos, que vem do próprio Paço Municipal.

Parabéns a V. Exa. e conte conosco. Obrigado. (Palmas.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado Presidente Mônica; Bohn Gass, Ana Paula, Oliboni, parabéns pela iniciativa. Com a Ana Paula e contigo nós temos feito uma parceria, que foi uma parceria muito importante, numa luta que nós temos que fortalecer. Embora o tema seja específico dos conselhos, o Conselho da Saúde foi vanguarda também na defesa do IMESF aqui em Porto Alegre, e eu acredito, não sei, tu acompanhas mais do que eu a Comissão da Saúde, tu integras a Comissão de Saúde aqui da Câmara já há muito tempo, mas eu acredito que foi o maior ataque que nós tivemos à saúde pública, o ataque ao IMESF. Para mim foi um símbolo, e foi um símbolo de continuidade entre o governo Marchezan e o governo Melo. Foi onde isso se expressou de modo quase que linha de continuidade pura, porque quando o Melo assumiu, justamente cabia ao Melo demitir ou revogar as demissões que o Marchezan havia lutado para concretizar. Infelizmente, o Melo concretizou aquelas demissões, e nós estamos num processo de desmonte da Atenção Básica em Porto Alegre. É lógico que, no processo de desmonte da Atenção Básica, o desmonte dos conselhos é quase que inerente. Por quê? Porque os conselhos são um lugar de defesa da saúde pública e da Atenção Básica. Então eu quero parabenizar a Ana Paula, o Bohn Gass, parabenizar a tua iniciativa, Ver. Oliboni, e dizer que tu podes contar, obviamente, com a Bancada do PSOL, porque nós necessitamos aumentar a nossa capacidade de organização para defender a saúde pública, porque há, infelizmente, um projeto nacional de privatização da saúde, e esse projeto nacional passa, sim, por atacar os conselhos e por atacar a Atenção Básica. Obrigado, Oliboni, obrigado Ana Paula e Bohn Gass. (Palmas.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, Ver.^a Mônica, em um minuto aqui pretendo concluir. Quero dizer o seguinte: quem se lembra da representação que o Conselho Municipal de Saúde fez contra a Sollus? O governo municipal conseguiu recuperar R\$ 10 milhões de uma empresa falcatrua que veio aqui em Porto Alegre e quis gerenciar os serviços da Atenção Básica. O projeto que ora está apresentado como substitutivo, Ver.^a Mônica, nobre Presidenta neste momento, ele foi do nosso colega vereador-suplente, companheiro Terres, e hoje está em tramitação o substitutivo, que é, nada mais, nada menos do que o projeto que, no governo Fortunati - e Melo de vice -, tinham apresentado e discutido junto com o conselho. Portanto nós não estamos pedindo nada extraordinário. É algo já discutido e avaliado para não reduzir a capacidade, não só de intervenção, mas de fiscalização do Conselho Municipal de Saúde. Portanto, Waldir, Ana Paula, a todos os conselheiros que estão aqui, a nossa saudação, o nosso reconhecimento por essa luta de 30 anos, e queira Deus que o SUS e que vocês continuem na luta pela vida de todos os porto-alegrenses. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL: (PP): Obrigada, Ver. Oliboni.

O Legislativo, a Câmara de Vereadores da Capital do Rio Grande do Sul registra as presenças do Secretário Municipal de Governança Solidária e do Orçamento Participativo de São Luís, do Maranhão, o Sr. Pavão Filho, e do Coordenador do Governo Comunitário, Sr. J. Melo. Muito obrigado pelas presenças, sintam-se em casa, por favor.

A Sra. Ana Paula de Lima, vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra.

SRA. ANA PAULA DE LIMA: Boa tarde a todos e todas. Saudação e agradecimento ao Ver. Oliboni, que presta essa homenagem devida, não a mim, ou ao Waldir, mas à história representada por esse órgão, esse Conselho de Saúde que é referência para a nossa cidade, de mobilização, descentralização e participação popular, desde a década de 80. Porque é importante que todos aqui saibam que, antes de nascer o conselho, em 1992, nós já tínhamos... O conselho é fruto das leis federais que regulamentam o SUS, mas ele nasceu da base da militância da nossa cidade, principalmente das uniões de vila, dos distritos de saúde e das periferias da nossa cidade. Na época, ele era chamado de Comissão Interinstitucional de Saúde, e, depois, passou a ser alçado como Conselho, a partir da Lei nº 8.142, que regulamenta, então, o funcionamento da participação da comunidade, expressa no texto constitucional. Então, eu queria trazer aqui a importância do Conselho que está instituído, então não cabe a vontade do gestor, seja ele qual for. Cabe zelar para a efetividade desse papel. E o SUS, quando foi construído em suas bases, tem seus princípios, entre eles, o princípio da participação social, popular e da comunidade. O Conselho, então, tem caráter permanente, deliberativo, colegiado. E, nesse momento, eu quero me referir, então, a

todos os conselheiros que estão aqui, aos que já nos antecederam, muitos lutadores e lutadoras na defesa do direito à saúde da nossa população e da qualificação do Sistema Único de Saúde na nossa cidade. Queria citar duas conselheiras que são simbólicas nesse processo, duas mulheres negras, a d. Vanda Lemos, que está aí, a nossa mais antiga conselheira da Região Eixo-Baltazar; e a nossa conselheira Maria Letícia Oliveira Garcia, representando os trabalhadores e que está desde a fundação, antes, inclusive, da fundação desse conselho, já tendo assumido, em várias ocasiões, a coordenação desse conselho. É de grande responsabilidade, e nós, como conselheiros e representantes aqui, estamos falando em nome da Coordenação Colegiada do Conselho Municipal de Saúde, já que, infelizmente, a nossa coordenadora Tiana Brum de Jesus está acometida pela covid e não pôde estar aqui. Mas nós estamos fazendo uma representação muito além desse núcleo a todos os conselhos dos nossos territórios. Nós temos aqui a Região Leste, Conselho Distrital Leste, Restinga, Sul, Centro-Sul, Glória-Cruzeiro-Cristal, Centro, nós temos aqui praticamente todas as regiões representadas. Também temos entidades que compõem o conselho, queremos agradecer, porque o SUS e o Conselho Municipal de Saúde só se fazem de forma coletiva, assim como toda política pública. Essa é a base e a força do controle social, é a construção coletiva a partir do bem comum, das necessidades sociais em saúde da população. Queria reforçar que esse caráter permanente deliberativo, colegiado, com a representação plural de representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, ou seja, nós temos todos os segmentos representados dentro do Conselho Municipal de Saúde das suas instâncias... Queria reforçar que, entre as atribuições do conselho, como órgão colegiado e deliberativo, e como maior instância de deliberação do SUS no âmbito municipal, é assim que está colocado na letra da lei e assim que deve acontecer e que vem acontecendo ao longo desses 30 anos... Infelizmente, nós gostaríamos, nesta data, de termos muito mais para comemorar, porque nós estamos num processo de franco ataque à democracia na sua esteira da participação popular, e o conselho não seria diferente, assim como outros conselhos também têm sido atacados, atacado, inclusive, de forma arbitrária, por gestores que não compreendem que eles estão de passagem e que a construção da política pública tem que ser feita de forma coletiva. Esse conselho, através de suas conferências de saúde, que são as grandes instâncias de deliberação que indicam as prioridades de saúde para o exercício das políticas de saúde e das políticas temáticas, já realizou oito conferências municipais de saúde, sendo a última em 2019, mais de 12 conferências temáticas, sendo que a última, nós acabamos de realizar, a Conferência Municipal de Saúde Mental. Portanto, todas as políticas e ações de saúde passam pelo crivo, pela análise e pela proposição do Conselho Municipal de Saúde. O Conselho Municipal de Saúde vem dessa construção, e na medida em que o SUS vai se consolidando, vai ampliando e espraiando a sua rede... Para vocês terem uma ideia, quando se assumiu a municipalização do Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, a Prefeitura, através da Secretaria de Saúde, possuía 11 unidades de saúde, hoje nós temos mais de 133 unidades de saúde, só da Atenção Básica. Portanto, o SUS foi se construindo, se materializando, se consolidando. Assim como nós adquirimos, além do HPS, que é patrimônio público, o Hospital Materno

Infantil Presidente Vargas, por conta da mobilização da sociedade e das ações desse Conselho Municipal de Saúde. Então, além da intervenção que foi citada aqui, do Instituto Sollus, várias outras ações, como a criação e a mobilização para a criação do Pronto Atendimento Bom Jesus e Lomba do Pinheiro que, infelizmente, na gestão passada foram terceirizados. Eu queria por último, para finalizar, só deixar uma reflexão para os vereadores e vereadoras que estão aqui e que nos ouvem: vocês são guardiões e têm uma missão de serem guardiões da lei, e o que nós estamos pedindo em relação à lei do conselho é exatamente que se garanta o que está na lei, nada mais do que isso, que vocês zelem pela lei do nosso País que está marcada na Constituição Federal e está regulamentada nas leis federais. É isso que nós pedimos para que os vereadores atentem, e queria citar, inclusive, a fala da Ver.^a Mônica Leal quando se referiu à segurança pública de tanta relevância: ninguém imagina terceirizar segurança pública, por que a saúde pública pode ser terceirizada? Eu queria que ficasse essa reflexão para todos aqui, porque todos nós somos, sim, usuários do Sistema Único de Saúde, de uma forma ou de outra, e a pandemia deixou isso muito claro. Então, nós queremos a garantia do direito à saúde e do funcionamento pleno e democrático do Conselho Municipal de Saúde no âmbito de todas as atribuições que lhe são conferidas. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): À Sra. Ana Paula de Lima, vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde; Sr. Waldir Bohn Gass, coordenador adjunto do Conselho Municipal de Saúde e representantes dos usuários, parabéns pelos 30 anos do Conselho Municipal; ao Ver. Aldacir Oliboni pela proposição. É extremamente importante este órgão Municipal, sintam-se cumprimentados pelo Legislativo da capital.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h08min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h11min: Estão reabertos os trabalhos. Encerrado o período de Comunicações.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h15min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): A pedido da Ver.^a Tanise, nós gostaríamos de pedir o adiamento da discussão do PLL n° 116/21, por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria da Ver. Cláudia Araújo, que solicita adiamento da discussão do PLL n° 116/21, por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0101/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 055/22, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor João Pedro Lamana Paiva. **(SEI 215.00013/2022-50)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE.** Relatora-Geral Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- adiada a discussão por uma Sessão em 18-05-22;
- incluído na Ordem do Dia em 09-05-22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLL n° 055/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu só queria fazer uma questão de ordem, quero avisar os vereadores que estão dizendo que vão entrar na Justiça em função do aumento concedido, que tem que requisitar o aumento, que façam aqui na tribuna, que digam: “Eu não quero o aumento e vou entrar na Justiça”. Porque o aumento não é um aumento, é uma reposição salarial.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): É reposição salarial, conforme a inflação. Isso foi feito durante todos os anos nesta Casa; para quem não está a par, pesquisem, por favor.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O Ver. Claudio Janta trouxe um tema que não era o tema, mas é um tema que o vereador não precisa ensinar quem pode entrar na Justiça. Quem quiser, vai entrar. Não é o Ver. Janta que define quem entra e quem não entra. Só isso. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLL n° 055/22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 31 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL n° 055/22.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inclusão do PLL n° 088/22 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, vereador. Só um instante que nós vamos verificar. (Pausa.) Ver. Alvoni, ele estará na Ordem do Dia da quarta-feira. Podemos deixar já priorizado para quarta.

Vereador Alvoni Medina (REP): Não está na Ordem do Dia de hoje, não?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tem as 48 horas, vereador.

Vereador Alvoni Medina (REP): Então, está *o.k.*

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Colocaremos ele em primeiro na quarta-feira. Pode ser?

Vereador Alvoni Medina (REP): Pode ser, sim. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 16h22min: Está encerrada a ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1069/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 459/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera a ementa e o art. 1º e inclui incs. V e VI e parágrafo único no *caput* do art. 1º-A, todos da Lei nº 12.692, de 9 de março de 2020, obrigando a divulgação de lista informando a posição de espera para o atendimento de pacientes que aguardam pela realização de consultas com especialistas, exames ou cirurgias em estabelecimentos pertencentes à rede pública de saúde do Município de Porto Alegre ou a ela conveniados e incluindo dados no rol de informações que a lista deve conter. **(SEI 034.00450/2021-10)**

PROC. Nº 0292/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/22, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor João Mário Darós. **(SEI 138.00011/2022-67)**

PROC. Nº 0374/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/22, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que inclui a efeméride Dia Municipal da Merendeira no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de datas comemorativas e de conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de outubro. **(SEI 221.00065/2022-10)**

PROC. Nº 0658/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que institui o Prêmio Personalidade do Carnaval Porto-alegrense Nilo Alberto Feijó na Câmara Municipal de Porto Alegre. **(SEI 210.00303/2021-17)**

PROC. Nº 0304/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sr. Eduardo Nantes Bolsonaro. **(SEI 222.00032/2022-79)**

PROC. Nº 0310/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/22, de autoria do Ver. Luigi Bertaco, que concede a Comenda Porto do Sol ao General Luiz Carlos Rodrigues Padilha. **(SEI 281.00032/2022-10)**

PROC. Nº 0354/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/22, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede a Comenda Porto do Sol à Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA. **(SEI 023.00017/2022-68)**

PROC. Nº 0339/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que concede a Comenda Porto do Sol ao Sindicato Rural de Porto Alegre. (SEI 281.00040/2022-66)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1198/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 528/21, de autoria do Ver. José Freitas, que declara de utilidade pública a entidade Movimento de União, Solidariedade, Paz e Justiça Social. (SEI 034.00480/2021-18)

PROC. Nº 1297/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 575/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que declara de utilidade pública a Federação de Apoio às Associações, Igrejas e Ministros Evangélicos do Brasil (FAAIMEB). (SEI 036.00181/2021-81)

PROC. Nº 0073/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 038/22, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que denomina Rua Sara Edila Azevedo Zuanazzi o logradouro não cadastrado conhecido como Rua A – Vila Fátima - Pinto –, localizado no Bairro Bom Jesus. (SEI 207.00001/2022-33)

PROC. Nº 0228/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que inclui o evento Baile de Debutantes Comunitário no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado durante a Semana de Porto Alegre. (SEI 025.00029/2022-91)

PROC. Nº 0263/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/22, de autoria da Ver^a Daiana Santos e do Ver. Matheus Gomes, que inclui o evento Semana da África no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado na última semana de maio. (SEI 209.00075/2022-78)

PROC. Nº 0305/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Sr. Jesus Odone Nunes de Oliveira o logradouro público conhecido como Rua 5152, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00026/2022-26)

PROC. Nº 0306/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 159/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro Agudo o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5151, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00027/2022-71)

PROC. Nº 0307/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/22, de autoria do Ver. Pablo Melo, que denomina Rua Morro das Abertas o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 5154, localizado no Bairro Campo Novo, na comunidade Chapatral. (SEI 218.00028/2022-15)

PROC. Nº 0321/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Orlando Drummond Cardoso o logradouro público cadastrado conhecido como Beco A – Av. Vicente Monteggia –, localizado no Bairro Nonoai. (SEI 281.00019/2022-61)

PROC. Nº 0322/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 173/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Tarcísio Pereira de Magalhães Sobrinho o logradouro público cadastrado conhecido como Beco B – Av. Vicente Monteggia –, localizado no Bairro Nonoai. (SEI 281.00020/2022-95)

PROC. Nº 0323/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 174/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua José Gabriel de Souza Diniz o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Dois – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. (SEI 281.00021/2022-30)

PROC. Nº 0324/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 175/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Marília Dias Mendonça o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Nove – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. (SEI 281.00022/2022-84)

PROC. Nº 0325/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 176/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Cristiano de Melo Araújo o logradouro público cadastrado conhecido como Rua de Pedestres Sete – Vila Teresina –, localizado no Bairro Medianeira. (SEI 281.00023/2022-29)

PROC. Nº 0352/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 194/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Major Cidade o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Cento e Cinquenta e Um, localizado no Bairro Restinga. (SEI 025.00034/2022-01)

PROC. Nº 0353/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 195/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Filósofo Olavo de Carvalho o logradouro cadastrado conhecido como Rua 4006 – Vila Orfanotrófio I –, localizado no Bairro Santa Tereza. (SEI 025.00035/2022-48)

PROC. Nº 0358/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/22, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que inclui as efemérides Dia Municipal da Favela e Semana da Favela no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 04 de novembro e na primeira semana do mês de novembro, respectivamente. (SEI 221.00054/2022-30)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h23min.)

* * * * *